



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LUIZA VITORIA BRAGA DE SOUSA

EDUCAÇÃO SEXUAL E O DESAFIO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:
Um estudo bibliográfico

**BRAGANÇA
2026**

LUIZA VITORIA BRAGA DE SOUSA

EDUCAÇÃO SEXUAL E O DESAFIO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:
Um estudo bibliográfico

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do Campus Universitário de Bragança, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Dra. Norma Cristina Vieira Costa

BRAGANÇA
2026

LUIZA VITORIA BRAGA DE SOUSA

EDUCAÇÃO SEXUAL E O DESAFIO DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA:
Um estudo bibliográfico

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Licenciada em Pedagogia, pela Universidade
Federal do Pará.

Orientador(a): Profa. Dra. Norma Cristina
Vieira Costa

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito:

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora:

Profa. Dra. Norma Cristina Vieira Costa – UFPA

Examinadora Interno:

Profa. Dra. Nádia Sueli da Rocha – UFPA

Examinadora Externo:

Profa. Me. Alessandra Brito Alves – IFPA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a educação sexual no ambiente escolar e sua relação com a gravidez na adolescência, compreendendo o papel da escola e dos profissionais da educação na promoção do conhecimento, da prevenção e do cuidado aos adolescentes, considerando os fatores sociais, culturais e educacionais presentes na sociedade brasileira. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de artigos científicos, documentos oficiais e legislações educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), abordando questões relacionadas à sexualidade, diversidade, prevenção e formação integral dos estudantes. Observou-se que a ausência ou limitação das discussões sobre educação sexual no ambiente escolar contribui para a permanência de desinformações, preconceitos e comportamentos de risco entre os adolescentes, refletindo nos índices de gravidez precoce e em impactos sociais, emocionais e econômicos. Além disso, verificou-se que a escola possui papel fundamental na promoção do respeito, da cidadania e da saúde dos estudantes. Conclui-se que a educação sexual nas escolas é essencial para a formação crítica e integral dos adolescentes, contribuindo para a prevenção da gravidez precoce, das infecções sexualmente transmissíveis e das desigualdades sociais. Dessa forma, o diálogo sobre gênero, sexualidade e diversidade torna-se indispensável para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, acolhedor e comprometido com os direitos humanos.

Palavras-Chave: Educação sexual; Gravidez na adolescência;

ABSTRACT

This article aims to analyze sex education in the school environment and its relationship with teenage pregnancy, understanding the role of schools and education professionals in promoting knowledge, prevention, and care for adolescents, considering the social, cultural, and educational factors present in Brazilian society. This is a bibliographic research developed through the analysis of scientific articles, official documents, and educational legislation, such as the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) and the National Common Curricular Base (BNCC), addressing issues related to sexuality, diversity, prevention, and the integral development of students. It was observed that the absence or limitation of discussions about sex education in schools contributes to the persistence of misinformation, prejudice, and risky behaviors among adolescents, reflecting in rates of teenage pregnancy and in social, emotional, and economic impacts. Furthermore, it was found that the school plays a fundamental role in promoting respect, citizenship, and students' health. It is concluded that sex education in schools is essential for the critical and integral development of adolescents, contributing to the prevention of teenage pregnancy, sexually transmitted infections, and social inequalities. Therefore, dialogue about gender, sexuality, and diversity becomes indispensable for building a more inclusive, welcoming, and human rights-oriented school environment.

Keywords: Sex Education; Adolescent Pregnancy.

1. INTRODUÇÃO

A adolescência se caracteriza como um período particular e singular entre a infância e a idade adulta. Esse período, além de ter transformações físicas anatômicas e hormonais em função da puberdade, também é marcado por mudanças psicológicas, sendo caracterizado por vivências intensas no processo de constituição de subjetividade e da individualidade (Silva et al., 2023).

A gravidez na adolescência pode acarretar complicações tanto para a mãe, quanto para o feto, relacionadas ao fato de que as adolescentes estão em fase de crescimento e desenvolvimento físico, emocional e social. Ainda assim, destaca-se que mais da metade dessas mulheres passam por gestações saudáveis e dão à luz a bebês também saudáveis. No entanto, é fundamental que as adolescentes grávidas recebam cuidados pré-natais adequados, apoio emocional e educacional para minimizar riscos potenciais (Brasil, 2021).

Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), no Brasil, nascem por ano mais de 434,5 mil bebês filhos de mães adolescentes. O país registra taxa de 68,4 nascimentos para cada mil adolescentes e jovens mulheres entre 15 e 19 anos, o que é considerado um índice elevado se comparado à taxa mundial de 46 nascimentos. De acordo com a pesquisa Nacer Brasil (2020), 66% das gestações em adolescentes não são planejadas e aproximadamente 75% das mães adolescentes estavam fora da escola, segundo a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) (Miranda et al., 2024).

A problemática consiste, na maioria das vezes, na falta de educação sexual, visto que em grande parte dos casos o pai também é adolescente. A educação sexual é uma forma eficaz de prevenir a gravidez precoce, evitando consequências físicas e psicossociais. Essa prática deve ser compartilhada entre família, escola e profissionais da saúde, sendo parte essencial da promoção do bem-estar dos adolescentes, ao enfatizar a importância do comportamento sexual responsável, do respeito ao outro, da equidade de gênero e da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (CNM, 2021).

Nos últimos anos, diversos estudos têm destacado que a gravidez na adolescência é um fenômeno multifatorial e deve ser analisado a partir de suas dimensões sociais, culturais e econômicas (Lima et al., 2022). Fatores como baixa escolaridade, vulnerabilidade social, desigualdade de gênero, ausência de políticas públicas efetivas e deficiências no acesso aos serviços de saúde contribuem para a manutenção de altos índices de gestações precoces no Brasil (Ferreira e Santos, 2023).

No campo da educação, a gravidez na adolescência é reconhecida como um importante desafio. Os impactos ultrapassam a dimensão biológica, alcançando aspectos sociais e

econômicos, como a evasão escolar, o desemprego e o aumento da vulnerabilidade familiar. A adolescente gestante, quando não devidamente assistida, tende a enfrentar um ciclo de exclusão que afeta não apenas sua saúde física e emocional, mas também seu desenvolvimento social e educacional (Cardoso et al., 2023).

A escola possui papel fundamental na formação integral dos estudantes, sendo um espaço essencial para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à sexualidade e à prevenção da gravidez na adolescência. A inserção da educação sexual no currículo escolar contribui para que os adolescentes tenham acesso a informações seguras e científicas sobre o próprio corpo, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis e relações afetivas saudáveis. Além disso, o ambiente escolar favorece o diálogo, a reflexão e a conscientização, auxiliando na redução de dúvidas, preconceitos e comportamentos de risco. Dessa forma, a educação sexual torna-se uma importante ferramenta de prevenção, promovendo autonomia, responsabilidade e qualidade de vida entre os jovens.

Recentemente, novas abordagens têm sido desenvolvidas para aprimorar o cuidado às gestantes adolescentes, com a integração de tecnologias digitais e mídias sociais no processo educativo. Segundo Costa e Nascimento (2024), aplicativos e plataformas digitais voltados à saúde sexual e reprodutiva têm sido utilizados como ferramentas de apoio à enfermagem, favorecendo o acesso à informação e à comunicação segura entre profissionais e adolescentes. Essas estratégias contribuem para reduzir barreiras culturais e geográficas, aproximando o cuidado das realidades locais e fortalecendo a autonomia das jovens. Outro ponto importante é a capacitação contínua dos profissionais da enfermagem para lidar com as especificidades da adolescência. O cuidado prestado a essa população deve envolver aspectos técnicos, éticos e afetivos, considerando as singularidades do desenvolvimento juvenil. A escuta ativa, a empatia e o respeito à diversidade são elementos fundamentais para a construção de um cuidado integral e livre de julgamentos (Oliveira & Braga, 2023).

A escolha e justificativa do presente tema surgiram a partir da atuação da autora como cuidadora desde o ano de 2023, possibilitando a observação da necessidade de aprofundar os estudos e investigações bibliográficas acerca da temática, ampliando o campo de leitura, compreensão e reflexão sobre o assunto.

Nesse sentido, o presente estudo busca refletir, por meio de uma pesquisa bibliográfica, os desafios relacionados à gravidez na adolescência e a importância da educação sexual como instrumento de prevenção, contribuindo para o fortalecimento de práticas educativas mais eficazes no contexto escolar.

Compreende-se que a educação sexual no ambiente escolar é uma estratégia fundamental para a prevenção da gravidez na adolescência, uma vez que promove informação, conscientização e desenvolvimento da responsabilidade entre os jovens. Assim, torna-se necessário que a escola, em parceria com a família e os profissionais da saúde, desenvolva ações educativas capazes de orientar os adolescentes de forma clara e acolhedora sobre sexualidade e saúde reprodutiva.

A pesquisa dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando o que essas legislações abordam sobre gênero, sexualidade, diversidade, respeito às diferenças e formação integral dos estudantes no contexto escolar.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo bibliográfico, descritivo e de abordagem qualitativa. Após a definição do tema, realizou-se a seleção de palavras-chave com o objetivo de orientar as buscas em bases de dados científicas. As bases consultadas foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), além da consulta a livros, dissertações e documentos oficiais do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Foram adotados como critérios de inclusão materiais publicados entre 2020 e 2025, redigidos em língua portuguesa, que abordassem temas relacionados à gravidez na adolescência, educação e o papel da escola. Como critérios de exclusão, eliminaram-se estudos duplicados, materiais sem rigor científico e publicações que não abordassem diretamente o papel da escola à gestante adolescente.

A coleta de dados ocorreu por meio da leitura analítica e da seleção criteriosa dos materiais provenientes das fontes mencionadas. Para a busca, utilizaram-se os descritores: “escola”, “adolescência”, “saúde pública” e “gravidez na adolescência”. A metodologia deste estudo também foi desenvolvida a partir de dados e experiências adquiridos durante a realização do curso de Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Educacional Planalto (UNIPLAN). Os dados coletados ao longo da formação acadêmica possibilitaram a ampliação das discussões acerca da educação sexual e da gravidez na adolescência, contribuindo para o aprofundamento e problematização da temática no campo educacional.

A pesquisa buscou relacionar conhecimentos da área da saúde com a educação, promovendo uma análise interdisciplinar fundamentada em referenciais teóricos, artigos científicos, livros e demais produções acadêmicas relevantes sobre o tema.

Após a triagem, os estudos selecionados foram organizados em uma planilha contendo: autor, ano, título, objetivos, metodologia e principais resultados. Essa etapa possibilitou a identificação de produções relevantes que contribuíssem para o embasamento teórico do estudo.

A escolha pela pesquisa bibliográfica qualitativa justifica-se pela possibilidade de realizar uma análise aprofundada das produções científicas acerca do papel da enfermagem no cuidado à gestante adolescente, considerando os aspectos sociais, psicológicos e de saúde pública que permeiam esse contexto. Tal abordagem permitiu construir uma compreensão ampla dos desafios enfrentados pelos profissionais da educação e da importância de sua atuação na promoção educacional e no acompanhamento adequado das adolescentes grávidas.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A gravidez na adolescência é um tema amplamente estudado por seus impactos sociais, econômicos, educacionais e de saúde. É evidenciado que por sua vez é conhecida como um dos problemas prevalentes na atualidade. Dessa forma, é crucial que sejam ressaltados os motivos pelos quais esses números crescem cada vez mais e fazem esses adolescentes vivenciarem esse cenário, tudo começa quando a educação sexual não é transmitida, à informação sobre sexualidade, a ausência de diálogo familiar, a influência de contextos socioeconômicos vulneráveis e a dificuldade de acesso a métodos contraceptivos. Por isso, é fundamental investir em políticas públicas educacionais que promovam a educação sexual nas escolas, ofereçam suporte psicológico e garantam atendimento médico adequado às jovens.

Para Guacira Lopes Louro, o silêncio da escola diante das questões de gênero e sexualidade também produz significados e contribui para a manutenção de preconceitos e desigualdades sociais. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) defende uma educação voltada para a formação cidadã, o respeito à liberdade e à tolerância pode-se destacar a lei. 9.394/1996 - 2º artigo: garante o pleno desenvolvimento do educando; Preparo para a cidadania; Qualificação para o trabalho; , enquanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe o desenvolvimento de competências relacionadas ao respeito à diversidade, à empatia e aos direitos humanos, podendo destacar a Competência geral 8:

Conhecer-se, preparar-se e cuidar da saúde física e emocional; Competência geral 9: Exercitar empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação;

Dessa forma, a ausência de debates sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar pode dificultar a construção de uma educação inclusiva e contribuir para a permanência de discriminações e desigualdades sociais.

Diversos são os impactos causados na vida da adolescente em todas as áreas da vida, trazendo problemas que muitas vezes não são resolvidos ao longo do tempo, como por exemplo, a educação e mercado de trabalho, onde muitas adolescentes abandonam a escola após engravidar. Isso reduz as chances de qualificação profissional e oportunidade de emprego. A



FONTE: SISNAC, MINISTERIO DA SAÚDE, 2025

gravidez precoce dificulta o ingresso e permanência em empregos formais, aumentando a dependência econômica. Além disso, a saúde física e mental é destacada pelos riscos maiores de complicações obstétricas e depressão pós-parto em jovens mães. Em 2010, quase 20% de todos os nascimentos no Brasil eram de parturientes adolescentes, enquanto em 2019 a proporção foi de 14,72%. A maior diminuição se deu na faixa etária de 15 a 19 anos. As adolescentes mais jovens, de 10 a 14 anos, apresentaram proporções abaixo de 1% e com uma tendência a diminuição mais discreta. (Assis et.al., 2022). A taxa de gravidez na adolescência no Brasil tem apresentado uma tendência de queda nos últimos anos, embora ainda seja considerada elevada em comparação com outros países da América Latina.

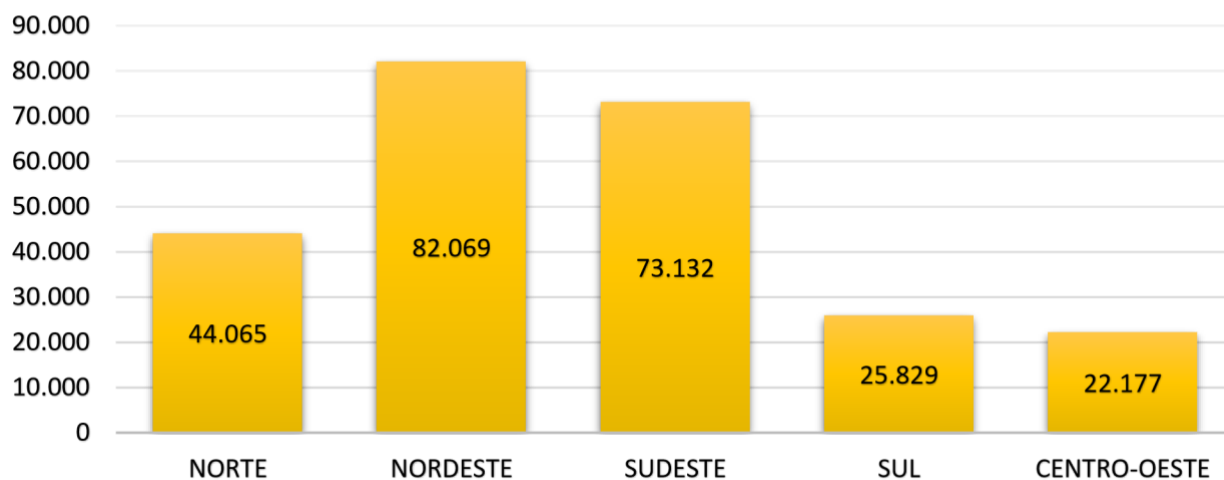
Levando em consideração alguns dados nacionais, percebe-se que o número de mães adolescentes tem diminuído. Em 2023, aproximadamente 11,95% dos nascimentos no Brasil

foram de mães adolescentes, representando uma redução em relação aos 14,72% registrados em 2019. (Fapespa). Entre 2014 e 2023, o número de partos entre adolescentes caiu pela metade, passando de 18,9% para 11,9% do total nacional. Abaixo, podemos analisar alguns gráficos com dados que confirmam o que foi mencionado anteriormente.

Os dados apresentados pelo SINASC (Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos) demonstram uma redução significativa no número de nascidos vivos de mães adolescentes entre os anos de 2020 e 2024. Conforme ilustrado na Figura 1, observa-se uma queda progressiva dos índices, passando de 364.074 casos em 2020 para 247.272 em 2024, evidenciando uma diminuição considerável da gravidez na adolescência no Brasil. Esse cenário pode estar relacionado a diversos fatores sociais e educacionais que vêm contribuindo para uma maior conscientização dos e das jovens acerca da sexualidade e da prevenção. Entre esses fatores, destaca-se o acesso ampliado às informações por meio das redes sociais e da internet, que atualmente possibilitam aos adolescentes maior contato com conteúdos educativos sobre prevenção da gravidez, infecções sexualmente transmissíveis e saúde sexual.

Além disso, as campanhas de conscientização como, as principais ações de conscientização sobre a gravidez na adolescência destaca-se a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pela Lei nº 13.798/2019, de 3 de janeiro de 2019, acrescentou o art. 8º-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990), consiste a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Essa semana deve ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações e promover ações preventivas e educativas para reduzir a incidência da gravidez na adolescência. As ações são de responsabilidade do poder público, em parceria com organizações da sociedade civil, e têm como público prioritário os adolescentes que promove atividades educativas voltadas para adolescentes, famílias e profissionais da educação e saúde, e da prevenção sexual desenvolvidas nas escolas e comunidades têm desempenhado papel importante na orientação dos adolescentes, promovendo debates, palestras e ações educativas voltadas à educação sexual.

O maior acesso aos métodos contraceptivos, disponibilizados gratuitamente pelas unidades de saúde, também contribui diretamente para a diminuição desses índices, permitindo que os jovens tenham mais autonomia e responsabilidade sobre sua saúde reprodutiva. Outro aspecto relevante refere-se ao diálogo familiar, visto que, anteriormente, a sexualidade era tratada como

FIGURA 2**NASCIDOS VIVOS DE MÃES ADOLESCENTES
POR REGIÃO EM 2024**

FONTE: SISNAC, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2025

um tabu em muitas famílias. Atualmente, percebe-se uma abertura maior para conversas entre pais e filhos sobre relacionamentos, prevenção e cuidados com a saúde, favorecendo a construção de conhecimento e a tomada de decisões mais conscientes pelos adolescentes.

Apesar da redução observada nos dados, a gravidez na adolescência ainda representa um importante desafio social, educacional e de saúde pública, principalmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e falta de acesso à informação de qualidade. Dessa forma, torna-se essencial a continuidade das políticas públicas educacionais e de saúde voltadas à prevenção, garantindo o fortalecimento da educação sexual nas escolas, o acesso à informação segura e o acompanhamento adequado aos adolescentes, visando à promoção da saúde e da qualidade de vida juvenil.

Os dados do SINASC mostram avanços significativos na redução da gravidez na adolescência entre os anos de 2020 e 2024 (FIGURA 1). Neste período, houve uma diminuição de aproximadamente significativa nos nascimentos de bebês de mães adolescentes (15 a 19 anos).

Os dados apresentados na Figura 2 evidenciam que a gravidez na adolescência ocorre de maneira desigual entre as regiões brasileiras, sendo o Nordeste a região com maior número de nascidos vivos de mães adolescentes em 2024, seguido pelo Sudeste e Norte do país. Esses índices podem estar relacionados a fatores como desigualdade social, baixa renda, dificuldade de acesso à educação de qualidade e limitações no acesso aos serviços de saúde e métodos

contraceptivos. Além disso, aspectos culturais e a falta de diálogo sobre sexualidade ainda influenciam diretamente a realidade de muitas adolescentes, principalmente nas regiões mais vulneráveis.

Mesmo diante dessas diferenças regionais, observa-se uma redução gradual nos índices de gravidez na adolescência, o que pode indicar avanços nas políticas públicas de saúde e educação. O maior acesso às informações por meio das redes sociais, campanhas educativas realizadas nas escolas e unidades de saúde, bem como a ampliação do diálogo familiar sobre sexualidade e prevenção, têm contribuído para uma maior conscientização entre os jovens. Dessa forma, torna-se fundamental fortalecer ações educativas e preventivas em todas as regiões do país, visando garantir acesso à informação, acompanhamento adequado e promoção da saúde integral dos adolescentes.

Apesar dos dados nacionais apresentarem redução nas taxas de gravidez na adolescência, o Brasil ainda apresenta índices superiores à média de outros países latinoamericanos, como Argentina, Chile, Costa Rica e Uruguai. A desigualdade social, o acesso limitado a serviços de saúde e educação, além de fatores culturais, continuam a influenciar esses números. É fundamental continuar investindo em políticas públicas que promovam a educação sexual, o acesso a métodos contraceptivos e o empoderamento das adolescentes para reduzir ainda mais essas taxas.

Em primeiro lugar, é importante destacar que a adolescência representa uma fase de profundas transformações fisiológicas, cognitivas, emocionais e sociais. Nesse período, o indivíduo passa pela consolidação da identidade e experimenta, muitas vezes, comportamentos de risco, influenciados pelo desejo de pertencimento, autonomia e afirmação de sua sexualidade. Quando não há suporte familiar, educacional e institucional adequado, essas experiências podem resultar em uma gestação precoce (Costa et al., 2020).

A gravidez na adolescência está fortemente associada à ausência de educação sexual sistematizada, à limitação no acesso a métodos contraceptivos e à escassa comunicação entre pais e filhos sobre temas ligados à sexualidade. Em muitas famílias, especialmente as mais conservadoras ou com baixa escolaridade, ainda persiste o tabu em torno da sexualidade, dificultando o acesso das adolescentes às informações necessárias para uma vivência sexual segura e responsável (Ribeiro & Lima, 2021). De acordo com Moreira et al. (2020), a ausência

de políticas públicas bem estruturadas nas escolas, que abordem a saúde sexual e reprodutiva com linguagem apropriada e de forma contínua, contribui para a perpetuação desse ciclo.

Nascimento e Santos (2022) observam que meninas que engravidam precocemente enfrentam rupturas importantes em sua trajetória escolar, o que compromete diretamente sua formação acadêmica e posterior inserção no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de exclusão e dependência econômica.

A saúde mental das adolescentes também sofre impacto direto com a gestação precoce. Estudos recentes demonstram a prevalência elevada de sintomas de depressão pós-parto, ansiedade, baixa autoestima e sentimento de culpa entre essas jovens, especialmente quando a gravidez não foi planejada e não há rede de apoio sólida (Silva & Menezes, 2022). Muitas vezes, a adolescente é responsabilizada socialmente por sua gravidez, sendo estigmatizada por sua família, escola e comunidade, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade psíquica.

Além da atuação direta com a gestante, a escola deve participar ativamente do desenvolvimento e da implementação de estratégias preventivas, como a promoção da educação sexual nas escolas, ações comunitárias de saúde e campanhas voltadas ao empoderamento feminino. De acordo com Guacira Lopes Louro (2008), gênero e sexualidade são construções sociais desenvolvidas por meio de diferentes práticas culturais e educativas, o que demonstra a importância da escola na construção de valores relacionados ao respeito, à diversidade e à cidadania. A integração da educação com o Programa Saúde na Escola (PSE), por exemplo, é uma via promissora para alcançar adolescentes em idade escolar e discutir temas como sexualidade, métodos contraceptivos, infecções sexualmente transmissíveis e prevenção da gravidez (Moreira et al., 2020).

É fundamental ressaltar que não basta focar na adolescente como única responsável pelo processo gestacional. Muitos pais também são adolescentes e enfrentam os mesmos desafios, o que demanda uma abordagem inclusiva e dialógica com ambos os gêneros envolvidos. A responsabilização deve recair sobre o Estado e as instituições que falharam em fornecer suporte adequado para que esses jovens pudessem exercer sua sexualidade com responsabilidade e proteção.

A gravidez na adolescência, portanto, deve ser compreendida como expressão das desigualdades sociais que estruturam o Brasil. Ela afeta com mais intensidade as adolescentes negras, pobres, moradoras de periferias urbanas ou de áreas rurais com difícil acesso a serviços públicos. Enfrentar essa realidade exige, além da atuação efetiva da escola, uma postura ética, crítica e comprometida com a transformação social. É preciso defender políticas públicas mais equitativas, com investimento contínuo em educação, saúde e assistência social para garantir o desenvolvimento pleno de todas as adolescentes, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica.

Assim, a gravidez precoce não deve ser apenas prevenida, mas tratada com dignidade quando ocorre. É dever dos profissionais da educação, acolher essas jovens, garantindo cuidado humanizado, escuta ativa, respeito às suas histórias e apoio para a construção de um futuro possível, mesmo diante das dificuldades impostas por uma gestação precoce.

4. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez na adolescência é um fenômeno complexo que exige respostas integradas e contínuas dos serviços da educação e assistência social. Trata-se de uma condição de risco psicossocial que impacta negativamente a trajetória de vida das jovens mães e de seus filhos, principalmente quando ocorre em contextos de vulnerabilidade social. A presença de múltiplos determinantes – como baixa escolaridade, pobreza, ausência de educação sexual, falta de diálogo familiar e dificuldades no acesso aos serviços de educação– reforça a necessidade de estratégias abrangentes de prevenção e cuidado.

Neste cenário, o papel da comunidade escolar destaca-se como essencial, tanto na promoção da saúde reprodutiva quanto na assistência humanizada às adolescentes gestantes. A atuação dos profissionais de enfermagem deve ir além do atendimento clínico, incorporando ações educativas, preventivas e de acolhimento, capazes de estabelecer vínculos e proporcionar uma rede de apoio segura e eficaz. É fundamental que a enfermagem esteja preparada para identificar precocemente situações de risco, promover a autonomia das adolescentes e garantir que seus direitos sexuais e reprodutivos sejam respeitados.

A escola desempenha um papel fundamental na assistência à gravidez na adolescência, atuando não apenas na prevenção mas também como agente educador, acolhedor e facilitador do acesso à saúde. Sua intervenção é essencial para reduzir riscos maternos e neonatais, promover o desenvolvimento saudável da gestação e fortalecer a autonomia da adolescente por meio de ações educativas e de apoio emocional.

Diante das discussões apresentadas ao longo deste estudo, conclui-se que a educação sexual desempenha papel fundamental na prevenção da gravidez na adolescência, contribuindo diretamente para a conscientização, autonomia e formação crítica dos adolescentes. Observou-se que, embora os índices de gravidez precoce tenham apresentado redução nos últimos anos, a problemática ainda representa um importante desafio social, educacional e de saúde pública, especialmente em contextos marcados pela desigualdade social, violências e pelo acesso limitado à informação.

Nesse sentido, destaca-se a importância da atuação conjunta entre escola, família e profissionais da saúde no desenvolvimento de ações educativas que promovam o diálogo, a orientação e o acesso aos métodos contraceptivos de forma clara e acolhedora. Além disso, o avanço das redes sociais e das campanhas de conscientização também tem contribuído para ampliar o conhecimento dos adolescentes sobre prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis.

Torna-se essencial o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação sexual no ambiente escolar, visando à promoção da saúde, da qualidade de vida e da construção de uma sociedade mais consciente e preparada para enfrentar os desafios relacionados à adolescência e à sexualidade. Assim, a educação se torna peça-chave na promoção da saúde integral da adolescente, no fortalecimento de sua rede de apoio e na construção de um futuro mais saudável para mãe, para o bebê e para a família que iniciam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.H.V. Gravidez e parto em adolescentes no Brasil: desigualdades raciais e socioeconômicas na assistência pré-natal e associação com nascimento prematuro. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, 2018.
- ASSIS T, et al. Gravidez na adolescência no Brasil: fatores associados à idade materna., Rev. Bras. Saúde Mater. Infant., Recife, 21 (4): 1065-1074 out-dez., 2021.
<https://doi.org/10.1590/1806-93042021000400006>
- BRANDÃO, E.R. and CABRAL, C.S. Juventude, gênero e justiça reprodutiva: iniquidades em saúde no planejamento reprodutivo no Sistema Único de Saúde. Ciênc. Saúde Colet. [online]. 2021, vol. 26, no. 7, pp. 2673-2682 [viewed 17 August 2022].
<https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.08322021>. Available from:
<https://www.scielo.br/j/csc/a/wDjVt3n5DNQGPtZ7qHr9x7M/>
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. 9. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2026. Disponível em: Biblioteca Digital do Senado Federal.
- BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 4 jan. 2019.
- CARDOSO, L.F.; FARIAS, T.R.S. Acolhimento à gestante adolescente na atenção primária: um olhar da enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 76, n. 1, p. e20220012, 2023.
<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2022-0012>
- CARDOSO, P.R.; OLIVEIRA, T.S.; FERNANDES, R.M. Desafios da atenção à gestante adolescente na rede pública de saúde: o papel da enfermagem. Revista de Enfermagem Atual In Derme, v. 97, n. 2, p. 1–10, 2023. <https://doi.org/10.31011/reaid-2023-002>
- COSTA, L.J.; NASCIMENTO, A.P. Tecnologias digitais na prevenção da gravidez precoce: uma ferramenta para a enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem Digital, v. 15, n. 3, p. 45–56, 2024.
- COSTA, R.G. et al. Vulnerabilidades que permeiam a gravidez na adolescência: uma análise integrativa. Revista de Enfermagem UFPE, v. 14, n. 1, p. e242987, 2020.
<https://doi.org/10.5205/1981-8963.2020.242987>
- FERREIRA, M.L.; ANDRADE, S.L.F. Complicações obstétricas em gestantes adolescentes: uma revisão sistemática. Revista Saúde em Foco, v. 10, n. 1, p. 45–53, 2023.
- FERREIRA, V.M.; SANTOS, G.P. Fatores socioeconômicos e educacionais associados à gravidez na adolescência no Brasil: revisão integrativa. Revista Saúde e Sociedade, v. 32, n. 1, p. e230112, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-930420230112>
- FRANCO-ASSIS, Greice Ayra; SOUZA, Ediane Eduão Ferreira de; BARBOSA, Adriana Gonçalves. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNs e da BNCC.

Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 13662-13680, 2021. Disponível em: ResearchGate^[OB]. Acesso em: 15 maio 2026.

LEAL, M.C., et al. Birth in Brazil: national survey into labour and birth. Reproductive Health, [online]. 2012, vol. 9, no. 1, pp. 15 [viewed 17 August 2022]. <https://doi.org/10.1186/1742-4755-9-15>. Available from: <https://reproductive-healthjournal.biomedcentral.com/articles/10.1186/1742-4755-9-15>

LIMA, M.S.; TEIXEIRA, H.C.; BRITO, J.L. Gravidez na adolescência e vulnerabilidade social: uma análise das desigualdades regionais. Revista Ciência, Cuidado e Saúde, v. 21, n. 4, p. e61293, 2022. <https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v21i4.61293>

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008. Disponível em: Pro-Posições Unicamp. Acesso em: 15 maio 2026.

MORAES, Frederico Mazieri de; SOUZA, Isabela Augusta Andrade. A educação sexual no ensino de Ciências: uma análise documental dos materiais didáticos à luz dos temas transversais na BNCC. Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 14, n. 3, 2024. Disponível em: Revista Educação, Cultura e Sociedade. Acesso em: 15 maio 2026.

MOREIRA, M.E.C. et al. Políticas públicas e prevenção da gravidez na adolescência: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, v. 20, n. 4, p. 987996, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-93042020000400004>

NASCIMENTO, J.A.; SANTOS, E.L. Impacto da maternidade precoce na vida educacional de adolescentes. Cadernos de Educação, v. 39, p. 113–129, 2022. <https://doi.org/10.5752/P.23181400.2022v39p113>

OLIVEIRA, A.P.R. et al. Gravidez na adolescência: fatores associados e perspectivas de enfrentamento. Revista Contexto & Saúde, v. 21, n. 42, p. 80-88, 2021. 11

OLIVEIRA, P.M.; BRAGA, F.R. Formação ética e empática da enfermagem no cuidado à gestante adolescente: desafios e perspectivas. Revista Cogitare Enfermagem, v. 29, p. e20230345, 2023. <https://doi.org/10.5380/ce.v29i0.20230345>

OPAS Organización Panamericana de la Salud. Fondo de Población de las Naciones Unidas y Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia. Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe. Informe de consulta técnica. Washington: OPAS, 2018.

REIS, F.G.; SOUZA, L.M.; MOURA, D.C. Educação sexual e empoderamento de adolescentes: estratégias de prevenção da gravidez precoce. Revista Enfermagem em Foco, v. 15, n. 2, p. 122-130, 2024. <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.n2>

RIBEIRO, L.M.; LIMA, M.O. A construção social da maternidade na adolescência: entre expectativas e vulnerabilidades. Psicologia & Sociedade, v. 33, p. e213159, 2021. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33213159>

ROSSETTO, M.S., SCHERMANN, L.B. and BÉRIA, J.U. Maternidade na adolescência: indicadores emocionais negativos e fatores associados em mães de 14 a 16 anos em Porto

Alegre, RS, Brasil. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2014, vol. 19, no. 10, pp. 4235-46 [viewed 17 August 2022]. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.12082013>. Available from: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3sXWG8Zr8TCDZDZrZx7sjdz/>

SILVA, R.M.; MENEZES, M.R. Transtornos mentais comuns em mães adolescentes: revisão de literatura. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 14, n. 2, p. 55–66, 2022.

WHO World Health Organization. Adolescent pregnancy. Fact sheet. WHO, 2020.

ZANCHI, M., et al. Pregnancy recurrence in adolescents in Southern Brazil. *Rev. Assoc. Med. Bras.* [online]. 2017, vol. 63, no. 7, pp. 628-635 [viewed 17 August 2022].

<https://doi.org/10.1590/1806-9282.63.07.628>. Available from: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/GkWZ7qqpv3Zw53nwvVJmpjm/>